

# Ganha-se a Batalha, Perde-se a Guerra:

## Três Formas como o Êxito no Combate Promove Fracassos na Paz

Christopher E. Housenick, Ph.D.

**A**S DIFICULDADES RECENTES nos esforços de estabilização e reconstrução pós-conflito tanto no Afeganistão quanto no Iraque contrastam drasticamente com o êxito esmagador de suas respectivas operações de combate. Embora haja uma infinidade de motivos para o surgimento desses problemas, uma fundamentação ainda é pouco explorada: os métodos utilizados na condução de operações de combate direto. Esses problemas só poderão ser aliviados com a realização de mudanças fundamentais na doutrina militar americana, aumentando, assim, a probabilidade de êxito na estabilização de Estados pós-intervenção.

Embora as forças militares americanas tenham sempre exercido um papel nas operações de reconstrução pós-conflito durante as operações da Fase IV, os esforços atuais de reconstrução tanto no Iraque quanto no Afeganistão vêm sendo bloqueados pela instabilidade. O ressurgimento do Talibã no sul do Afeganistão e o aumento da produção de ópio suscitam questões sobre a eficácia dos esforços de reconstrução dos EUA e da OTAN no país. Os esforços de reconstrução no Iraque foram interrompidos, muitas vezes, devido a um ambiente de segurança perigoso e imprevisível. A violência praticada por insurgentes, milícias, seitas, terroristas estrangeiros e criminosos exploradores tornou a situação da segurança no Iraque insustentável. Em um dado momento, o ambiente de segurança do país se deteriorou a ponto de levar mais de dois milhões de iraquianos a fugirem de casa e entrarem em nações vizinhas.<sup>1</sup>

Esses desafios assustadores da fase pós-conflito contrastam drasticamente com os êxitos obtidos durante as operações de combate (operações da Fase III) nas duas guerras. Quando as forças militares convencionais dos EUA iniciaram a campanha no Afeganistão em outubro de 2001, a capital do país, Cabul, capitulou em apenas dois meses e a maioria das grandes cidades do país se rendeu até o final do ano. Durante a invasão do Iraque em 2003, foram necessárias apenas seis semanas para penetrar em Bagdá e capturá-la. As operações de combate em ambos os conflitos foram poderosas, rápidas e decisivas.

*Christopher Housenick é professor adjunto da American University em Washington, D.C. Seu interesse na política militar americana teve início muito antes de obter o título de doutor pela Pennsylvania State University em 2005. De 1992 a 1996, foi soldado de infantaria da 82ª Divisão Aeroterrestre (1/325AIR), onde chegou à graduação de cabo.*

*FOTO: Um veículo utilizado pelos combatentes da Al-Qaeda no Iraque é destruído por soldados do 1º Batalhão de Tropas Especializadas, 1ª Brigada de Combate, da 101ª Divisão Aeroterrestre, após os combatentes inimigos se engajarem com as forças de coalizão ao detonarem um colete suicida, 23 de fevereiro de 2008.*

Foto DOD

Não faltam opiniões sobre o porquê de a reconstrução ter sido mais desafiadora que o esperado no Iraque e no Afeganistão. Alguns críticos apontam falhas de inteligência antes do início das guerras e durante os esforços de reconstrução; outros citam abordagens mal desenvolvidas e improvisadas do planejamento de reconstrução pós-conflito; ainda outros culpam os dirigentes superiores dos esforços de reconstrução.<sup>2</sup>

Uma possível explicação é raramente discutida: a condução das operações de combate antes do início da reconstrução. Com frequência, as discussões sobre as operações das Fases III e IV ocorrem de forma relativamente isolada, assumindo-se que elas sejam independentes. Contudo, esses dois componentes das ações militares estão completamente entrelaçados e interligados. É possível que o modo como as forças militares americanas conduzem a guerra dificulte a conquista de uma paz duradoura?

A meu ver, o “modo de guerra americano”, isto é, a doutrina seguida e as táticas empregadas durante as operações da Fase III, cria grandes dificuldades e mais problemas a resolver durante as operações da Fase IV. Os métodos de grande sucesso durante a fase de manobra dos conflitos

***É possível que o modo como as forças militares americanas conduzem a guerra dificulte a conquista de uma paz duradoura?***

contribuem diretamente para a dificuldade cada vez maior dos esforços de reconstrução pós-conflito.

### **Causa e Efeito**

Não se podem esperar operações fáceis de estabilização pós-conflito em nossas operações militares atuais, em função de três condições que estimulamos ou não controlamos. O uso maciço de força defendido pela Doutrina Powell, a seleção da infraestrutura estatal como alvo e a presença de um número cada vez maior de estrangeiros: todos criam problemas que

continuam a afligir os esforços de reconstrução. Discutirei essas considerações individualmente.

**Uso maciço de força militar.** Um dos axiomas mais comuns da ação militar é o uso maciço de força para derrotar o adversário.<sup>3</sup> Uma diretriz normalmente seguida ao se planejar uma operação ofensiva é contar com uma vantagem na razão de 3 para 1 em relação ao pessoal empregado em operações de combate e uma vantagem numérica ainda maior durante operações militares em terrenos urbanizados.<sup>4</sup> Na prática, porém, as forças militares americanas quase sempre atacam com uma razão inferior a essa. Os EUA, muitas vezes, compensam diferenças quantitativas com o emprego de tecnologia avançada, como meios de aviação de combate de próxima geração e viaturas blindadas de alta tecnologia.

Essa abordagem foi muito bem-sucedida num passado recente. Embora fossem apenas ligeiramente maiores que as forças militares iraquianas em 1991, as forças dos EUA e aliados derrotaram completamente o exército iraquiano entrincheirado com uma campanha aérea de cinco semanas e uma ofensiva terrestre de cem horas. Em 2003, uma força de coalizão invasora predominantemente americana e britânica de 263.000 soldados atacou e derrotou o exército iraquiano de cerca de 375.000 soldados, capturando Bagdá em seis semanas. O uso de força esmagadora possibilitou essas difíceis manobras militares, embora a coalizão estivesse em clara desvantagem numérica.

Embora derrotas militares espetaculares mediante a utilização de quantidades enormes de força sejam importantes para o êxito de operações da Fase III e para a proteção da força, esses tipos de derrota devastadora de adversários dos Estados Unidos podem trazer consequências imprevistas e problemáticas quando começarem as operações da Fase IV. O uso maciço de força militar pode gerar o desejo de vingança ou retribuição nos adversários derrotados.<sup>5</sup> Há diversos casos em que a derrota humilhante numa guerra plantou as sementes de guerras futuras. Segundo escreve Robert Harkavy:

O alcance ou profundidade da derrota pode ser muito importante para determinar o grau da humilhação resultante. Os árabes, em 1967, e os iraquianos, em 1991, sofreram derrotas arrasadoras e humilhantes do tipo

**A derrota numa guerra plantou as sementes do próximo conflito em termos diretos e explícitos, uma necessidade psicológica de restauração da honra do Estado pelo poderio militar.**

que causa vergonha durante muito tempo. Em ambos os casos, a bravata anterior à guerra (os inimigos se afogariam no próprio sangue) foi seguida de níveis quase cômicos de desempenho militar, amplamente interpretados em todo o mundo como algo equivalente à covardia, que provocaria, subsequentemente, grande vergonha.<sup>6</sup>

Essa espécie de relacionamento não se restringe ao Oriente Médio. As relações contenciosas entre a Alemanha e a França durante a era do equilíbrio de poder no final do século XIX e as inúmeras guerras entre a Índia e o Paquistão demonstram que a derrota numa guerra plantou as sementes do próximo conflito em termos diretos e explícitos, uma necessidade psicológica de restauração da honra do Estado pelo poderio militar.

Com frequência, antigos inimigos apontam um indicador significativo ao discutirem o dano e a perda da honra e respeito: diferenças imensas no número de baixas em relação ao oponente. Quando um lado sofre um número desproporcional de baixas, acredita, muitas vezes, que suas vidas são consideradas menos valiosas ou importantes que as vidas dos adversários, crescendo, assim, a necessidade de vingança e retribuição. Esse argumento é muito comum quando se discutem os conflitos e guerras entre Israel e os palestinos.<sup>7</sup> A raiva provocada por diferenças drásticas no número de baixas veio à tona em atividades militares dos EUA. Na Guerra do Golfo de 1991, mais de 25.000 soldados iraquianos foram mortos, em comparação a apenas 268 soldados americanos. Durante a Operação *Restore Hope* na Somália, 18 soldados americanos foram mortos na Batalha de Mogadíscio em outubro de 1993, enquanto mais de 1.000 somalis foram mortos no combate.<sup>8</sup> Essas estatísticas ilustram claramente a diferença significativa no número de mortos entre

os soldados americanos e os adversários. Além disso, em ambos os casos, essas batalhas criaram níveis acentuados e consideráveis de hostilidade.

**Seleção de infraestrutura como alvo durante operações de combate.** A infraestrutura sempre foi um componente fundamental das operações militares e de segurança. O Império Romano conseguiu manter o controle sobre vastos territórios devido ao sistema viário que construiu em toda a Europa e Ásia Ocidental. Os cruzamentos viários estratégicos de Gettysburg tornaram a batalha no local um ponto crítico na Guerra Civil Americana, porque o exército de posse desses cruzamentos teria muito mais liberdade de manobra em todo o país. Na Segunda Guerra Mundial, os portos, ferrovias e pontes alemães foram bombardeados para restringir e interromper o reabastecimento e o fluxo de tropas de reforço. Durante a Guerra do Golfo em 1991, os aviões de guerra americanos alvejaram os nós de comunicação e principais rodovias de modo que os exércitos de Saddam Hussein não pudessem coordenar e planejar uma defesa ou retirada coesa, deixando-os isolados, sem orientações e mais vulneráveis aos ataques das forças da coalizão.

Embora seja uma consideração militar importante e viável visar, danificar e destruir esses sistemas durante as operações da Fase III, essas mesmas redes de infraestrutura constituem sistemas críticos necessários para o êxito das operações de reconstrução no Estado ocupado depois de uma invasão. Uma estação telefônica, que pode ser utilizada para passar ordens e informações ao se tentar impedir o avanço ou invasão dos EUA, também é utilizada em tempo de paz para transmitir informações e ordens do governo central para áreas afastadas do Estado. Uma ponte utilizada para a movimentação de tanques em tempo de guerra pode ser utilizada para a movimentação de caminhões de alimentos e outros bens negociáveis durante a reconstrução pós-conflito e tempo de paz. A seleção desses sistemas como alvos durante a guerra priva todos de sua utilização em tempos de paz.

O problema de alvejar a infraestrutura se destaca nos países dos Bálcãs. Quando a OTAN autorizou e executou uma campanha aérea contra a Sérvia em 1995 e contra Kosovo em 1999, um dos alvos principais era a infraestrutura desses Estados. A lógica dos ataques era interromper o fluxo

de tropas, armas e ordens para a Sérvia e Kosovo, assim retardando e possivelmente pondo fim ao genocídio nessas regiões.<sup>9</sup> O custo de selecionar como alvo a infraestrutura desses países continua sendo pago hoje, quase uma década depois dos conflitos. Muitos túneis, pontes e estradas ainda não foram reconstruídos, deixando a estrutura da sociedade desses países fragmentada, e o longo processo de reconstrução da infraestrutura prolonga o envolvimento dos EUA na região.

A diminuição e degradação geral de status dos sistemas em muitos países assolados por conflitos vêm agravar esses problemas. Quando um país sucumbe e o foco principal do governo central é a sobrevivência do Estado, os recursos e esforços para manter ou construir uma infraestrutura passam a ser quase inexistentes. Esse problema é mais agudo em Estados envolvidos em guerras civis de longo prazo, como o Haiti, Libéria, Serra Leoa, Somália e Sudão. No mínimo, a infraestrutura nesses Estados é negligenciada, sendo bem mais comum que esses sistemas importantes sejam completamente ignorados por um período considerável (até mesmo durante décadas).

A reconstrução da Fase IV será muito mais difícil e custosa sem esses sistemas de infraestrutura, seja a destruição causada por operações de combate, seja por anos de negligência do governo. O transporte de materiais para locais afastados sem estradas ou pontes exige, em geral,



*A fachada e o pórtico da sede danificada por bombas do Partido Ba'ath na Zona Internacional, Bagdá, Iraque, 23 de novembro de 2003.*

a utilização de helicópteros ou lançamentos aéreos, cuja operação é bem mais cara que a de comboios de caminhões. A perda de água potável devido às operações de combate leva, muitas vezes, à necessidade de envio de sistemas de água caros para zonas de reconstrução, exigindo, mais uma vez, quantidades consideráveis de tempo e verbas. A coordenação de operações da Fase IV em todo um país será bem mais difícil se não houver um sistema telefônico em funcionamento e bom estado de conservação. A reconstrução da

infraestrutura destruída custa dinheiro que poderia ser mais bem gasto de outra forma e prolonga de modo considerável o envolvimento dos EUA na reconstrução pós-conflito.

#### **Combatentes não nativos em zonas de conflito.**

A presença de combatentes e pessoal de apoio estrangeiros operando contra os Estados Unidos em zonas de combate deveria ser uma preocupação crescente tanto para os planejadores militares quanto para os formuladores de políticas. Muitas vezes, presume-se que a força invasora combaterá e pacificará o povo do Estado onde está “estacionada” e terá de lidar apenas com os cidadãos daquele país, mas é perigoso supor que a população e as forças militares de um país-alvo se compõem apenas de uma nacionalidade. Há, atualmente, um maior número de estrangeiros em Estados onde se planejam intervenções militares. De modo geral, há dois tipos de estrangeiro cujo número vem aumentando e que podem estar envolvidos em operações de combate direto contra os EUA: combatentes estrangeiros e funcionários de empresas militares privadas (EMPs).

Durante qualquer conflito internacional, o som de guerra e combate atrai uma quantidade de estrangeiros. Sejam mercenários em busca de lucro, sejam fomentadores de guerra interessados nela pela sede de sangue, quando surgem conflitos e guerras, certos cidadãos estrangeiros são atraídos para o combate como soldados e combatentes. Esse padrão foi mais visível e predominante em diversos conflitos em todo o Oriente Médio nas últimas três décadas. Quando a União Soviética invadiu o Afeganistão em 1980, houve um forte fluxo de combatentes estrangeiros para as tropas de Mujahidin no Afeganistão. Quando se instaurou a guerra civil no Líbano em 1983, muitos combatentes estrangeiros rumaram para aquele Estado para lutar contra qualquer lado que considerassem censurável e continuam a fazê-lo ainda hoje. Esse mesmo problema se manifestou no Iraque. Estrangeiros oriundos do Afeganistão, Egito, Irã, Iraque, Jordânia, Paquistão, Arábia Saudita, Síria e vários outros países entraram



*Depois de avistar diversos combatentes da Al-Qaeda no Iraque (AQI) fugindo da área, um helicóptero Kiowa oferece proteção aos soldados do 1º Batalhão de Tropas Especializadas, 1ª Brigada de Combate, da 101ª Divisão Aeroterrestre, enquanto detêm os agentes secretos da AQI, 23 de fevereiro de 2008.*

nas zonas de combate desses três conflitos. Essa tendência não é um fenômeno isolado no Oriente Médio, mas algo bastante comum no cenário mundial. Durante as guerras civis e entre países da África Oriental, combatentes da República Democrática do Congo, Ruanda e Uganda se misturaram, operando fora de suas respectivas fronteiras. Embora sejam uma fonte de problemas, os estrangeiros não constituem a única presença externa nos campos de batalha atuais capaz de complicar as operações militares. As empresas militares privadas vêm sendo cada vez mais utilizadas por todos os Estados do sistema internacional. Mais de 160 países contrataram alguma forma de EMP para ajudar no fornecimento de serviços a fim de promover a segurança do Estado.<sup>10</sup> Muitas dessas empresas não são baseadas ou sediadas nos Estados Unidos e várias operam em diversos países simultaneamente. O aumento mundial na utilização dessas empresas eleva a probabilidade de que forças de intervenção dos EUA ou de outra origem encontrarão cidadãos de um terceiro Estado durante o período de guerra.<sup>11</sup>

Os combatentes estrangeiros de qualquer origem criam desafios adicionais para qualquer força militar tanto nas operações da Fase III quanto nas da Fase IV. Com frequência, esses combatentes ficam fora da cadeia de comando convencional das forças militares oficiais do Estado. Como essas tropas operam fora de uma estrutura formal de comando, é bem mais difícil (talvez impossível) interromper suas atividades violentas quando um cessar-fogo ou outro acordo de paz é celebrado ou estabelecido. Podem continuar a combater com base em inclinações ideológicas ou obrigações contratuais, em vez de cumprir as condições do acordo de cessar-fogo.

Além disso, os combatentes estrangeiros numa zona de combate podem criar desafios diplomáticos maiores e potencialmente dar início a outras crises. A presença de estrangeiros em qualquer zona de combate, independentemente de serem combatentes ou não, pode gerar tensão e incidentes internacionais. O bombardeamento acidental da embaixada chinesa em Belgrado, durante os ataques aéreos à Sérvia, criou considerável tensão diplomática entre os EUA e a China durante aquele conflito, embora aqueles funcionários não estivessem envolvidos de

forma alguma nele. Se um grupo de estrangeiros empunhar armas contra as forças americanas, a captura ou morte desses indivíduos pode criar uma crise diplomática ou mesmo militar de grandes

***Deve ser uma prioridade para os futuros planejadores militares identificar um meio-termo entre a necessidade de utilizar o poderio militar esmagador para dar um fim rápido a guerras e a necessidade de “salvar as aparências” dos inimigos derrotados.***

proporções com o seu país de origem.

### Políticas Recomendadas

Embora seja importante identificar que ações da Fase III dificultam as operações da Fase IV, não basta criticá-las. Igualmente importante é estabelecer diretrizes e recomendações para o planejamento futuro. Alguns notarão que as mudanças aqui apresentadas são, muitas vezes, propostas políticas, além de militares. Como as forças militares são o instrumento que executa as operações de combate, já estarão posicionadas quando começarem os esforços de reconstrução. A velocidade de restauração e reparo de antigas zonas de combate é essencial. Os primeiros 60 a 90 dias são fundamentais durante as operações da Fase IV. Embora um tanto úteis, as organizações civis podem não chegar no momento oportuno para ajudar nesse período crítico. Assim, as forças militares devem estar prontas para ser a organização líder em diversas questões durante vários meses, de modo a aumentar a chance de êxito após o conflito.

**Minimização da humilhação e necessidade de vingança.** Deve ser uma prioridade para os futuros planejadores militares identificar um meio-termo entre a necessidade de utilizar poderio militar esmagador para dar um fim rápido a guerras e a necessidade de “salvar as aparências” dos inimigos derrotados. Se uma força militar é derrotada de forma tão esmagadora

a ponto de ser humilhada, ficará mais propensa a considerar o terrorismo, a insurgência e a guerra de guerrilha como meios de restaurar a honra e reputação perdidas. Caso seja possível derrotá-la de modo a preservar certo grau de dignidade e honra, é menos provável que ela tente recuperar sua reputação com os métodos supracitados. Inserir essa consideração no planejamento tático, operacional e estratégico não é uma tarefa fácil, sendo talvez a recomendação mais desafiadora feita aqui. A proteção da força é uma das considerações mais importantes para os comandantes militares. Entretanto, deixar a honra do adversário intacta é uma consideração vital que deve ser tratada e realizada para aumentar as chances de êxito na estabilização pós-conflito.

As guerras vêm se tornando mais letais tanto para os soldados quanto para os civis. A guerra ilimitada vem causando maior prejuízo a todos os envolvidos, desde os soldados engajados no combate até as populações civis imersas no conflito. Toda baixa civil ou militar, proposital ou acidental, durante as operações de combate ou reconstrução pós-conflito, torna alguém mais inclinado a decidir apoiar ou aderir à insurgência. Os Estados Unidos devem assumir a liderança mundial no trabalho de redução de baixas, tanto militares quanto civis, em todos os conflitos no mundo. Deve ser uma meta de política dos EUA tornar a expressão estéril e fria “danos colaterais” uma coisa do passado. A

***O planejamento militar padrão das operações de fase IV deve passar a incluir a restauração de toda e qualquer infra-estrutura danificada ou destruída para as mesmas condições anteriores ao conflito, no prazo de 60 dias a partir da conclusão das operações de combate principais.***

“proteção humana”, política de preservar a vida e integridade física tanto de civis estrangeiros quanto do pessoal militar inimigo, deve ser

colocada em pé de igualdade com a proteção da força, para reduzir os perigos apresentados às pessoas em zonas de conflito e diminuir e eliminar a motivação de tomar armas contra soldados americanos em ambientes pós-conflito.

Uma forma para as forças militares americanas começarem a promover esse ponto de vista é concentrar muito mais atenção no desenvolvimento e mobilização crescentes de tecnologias não letais de efeito concentrado. As últimas descobertas tecnológicas tornaram esses instrumentos muito mais viáveis e importantes do que eram há apenas alguns anos. Os megafones parabólicos e emissores de microondas direcionais podem subjugar a população sem lhe causar danos permanentes, reduzindo, assim, as baixas. Esses sistemas de armas vêm se mostrando bastante promissores no Iraque e em outros lugares. Devem ser amplamente distribuídos e utilizados durante a reconstrução pós-conflito, devendo os planejadores de doutrina incorporar o seu uso às operações da Fase III.

**Seleção de alvos, reconstrução, e expansão de infraestrutura.** Os EUA devem mudar a sua abordagem de atacar a infraestrutura tanto nas operações da Fase III quanto nas da Fase IV. As futuras campanhas não podem deixar o país em ruínas como ocorreu na Sérvia e em Kosovo. Continuar com essa abordagem prolongará os compromissos pós-guerra, aumentará os custos financeiros de forma drástica e, portanto, exigirá um envolvimento militar mais prolongado nos esforços de reconstrução. Parte da solução para esse problema já começa a tomar forma com a chegada e importância cada vez maior da “seleção de alvos baseada em efeitos”.<sup>12</sup> Em vez de danificar e destruir a infraestrutura por completo, os planejadores militares trabalham rumo à identificação de eixos e pontos críticos em que se possa alcançar o maior efeito com um mínimo de danos, facilitando, assim, os esforços de reconstrução pós-guerra. Embora seja uma primeira mudança importante da abordagem, está longe de ser suficiente, sendo necessário incorporar novas diretrizes de política padronizadas durante as operações da Fase IV para aumentar as chances de êxito quando cessarem os tiros.

O planejamento militar padrão das operações da Fase IV deve passar a incluir a restauração



Foto Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, Sgt. Andrew D. Pendracki

*Integrantes do 372º Batalhão de Segurança Aérea dos Fuzileiros Navais participam de treinamento sobre distúrbio civil na Base Aérea de Al Asad, no Iraque, em 23 de dezembro de 2007. Durante o treinamento, os fuzileiros navais aprendem a neutralizar manifestantes agressivos com o uso de táticas não letais no caso de tumulto na base.*

das condições anteriores ao conflito em toda e qualquer infraestrutura danificada ou destruída, no prazo de 60 dias a partir da conclusão das operações de combate principais. Se os sistemas de infraestrutura básica forem recuperados num espaço de tempo assim tão curto, haverá um mínimo de inconveniência para os civis, e a estrutura social e econômica do Estado será rapidamente restaurada, minimizando, dessa forma, o deslocamento social que estimula as pessoas a pegar em armas contra os EUA.

Embora seja importante consertar os danos provocados por uma invasão, não é o suficiente, muitas vezes, para promover a saúde e o bem-estar do Estado no longo prazo. Tanto os planejadores militares quanto os civis devem considerar e decidir, durante os estágios de planejamento e preparação anteriores ao combate, até que ponto precisam

aprimorar e aumentar a infraestrutura de um Estado sujeito a possível intervenção militar além de sua capacidade anterior à guerra e à intervenção. A infraestrutura é fundamental para a operação e funcionamento básicos de todos os Estados e a maioria dos que são candidatos-alvo para a intervenção carecem de sistemas de infraestrutura adequados para funcionarem. Somente com o aprimoramento desses sistemas em todo o país, poderão os esforços de construção do Estado criar raízes e promover uma sociedade duradoura e estável, capaz de se governar e se defender sem o apoio externo. Antes que tiros sejam disparados, os planejadores militares e civis devem examinar e elaborar de forma sistemática um plano para aumentar a capacidade de infraestrutura do Estado de modo a assegurar operações pós-conflito bem-sucedidas e duradouras.



**Isolamento e minimização de combatentes externos em zonas de conflito.** É impossível eliminar a probabilidade de estrangeiros serem mortos durante uma intervenção militar. Entretanto, o planejamento militar adequado pode impedir que esse problema se agrave à medida que o conflito e a fase de reconstrução avancem. Um objetivo importante em qualquer esforço de intervenção futuro deve ser o bloqueio das fronteiras do Estado invadido para reduzir a influência de combatentes estrangeiros. Permitir o fluxo livre de terroristas e extremistas num país é receita para o desastre. Muitos são soldados e combatentes bem treinados e experientes, que trazem seus perigosos conhecimentos especializados para atacar as forças americanas. Ao bloquear as fronteiras de um país, contém-se a ameaça de combatentes estrangeiros, impedindo que ela se agrave. Embora possa haver ainda muitos combatentes estrangeiros no campo de batalha, quando se fecham as fronteiras, o seu número não aumentará e não exacerbará problemas de reconstrução pós-conflito.

Quando se trata de empresas militares privadas, há um menor número de soluções à disposição. Muitas EMPs seriam dissuadidas de apoiar governos diretamente opostos aos EUA, porque nada prejudica mais a sua margem de lucro que sua total derrota militar. Há pouquíssimos cenários piores para essas empresas que antagonizar e combater abertamente as forças militares dos EUA. Contudo, a dissuasão talvez

não seja suficiente. A coleta de informações sobre empresas e os papéis que elas exercem deve ser uma tarefa relativamente fácil e pública, com a pesquisa em fontes ostensivas, porque essas firmas atuam no campo empresarial e legal. Com essas informações, os EUA devem se certificar de que toda e qualquer EMP seja notificada de que está potencialmente na linha de fogo de uma intervenção militar, adotando a prática de enviar avisos e alertas tanto para as sedes das EMPs quanto para os países onde têm sede. Quando ficar claro que os EUA pretendem invadir, a maioria das empresas fará questão de deixar o país-alvo da intervenção.

## Conclusões

Em geral, as práticas militares atuais dos EUA não deixam nada a dever quanto ao combate bem-sucedido. Entretanto, os problemas que parecem ter afligido os esforços de reconstrução pós-conflito ao longo dos últimos seis anos ofuscam um pouco esse histórico de sucesso. A modificação de técnicas de combate pode atenuar alguns problemas de reconstrução pós-conflito. As forças militares terão de tomar a liderança na tentativa de reduzir ou minimizar as baixas, a destruição de sistemas de infraestrutura estatais e a quantidade e influência de combatentes estrangeiros em zonas de combate. Se os Estados Unidos alcançarem o êxito nesse esforço, aumentarão o sucesso em longo prazo da reconstrução pós-conflito. **MR**

## REFERÊNCIAS

1. RAGHVAN, Sudarsan. "War in Iraq Propelling a Massive Migration." *Washington Post*, 4 de fevereiro de 2007, A01; e Associated Press, "Report: 1 Million Iraqis May Flee em '07." *Washington Post Online* Sexta-feira, 16 de fevereiro de 2007.
2. Alguns livros que contribuíram para essas discussões são relacionados a seguir: RICKS, Thomas E. *Fiasco* (New York: Penguin Books, 2006); GORDON, Michael R. e TRAINOR, General Bernard E.. *Cobra II: The Inside Story of the Invasion and Occupation of Iraq* (New York: Pantheon Books, 2006); WOODWARD, Bob. *State of Denial* (New York: Simon and Schuster, 2006); e CHANDRASEKARAN, Rajiv. *Imperial Life in the Emerald City: Inside Iraq's Green Zone* (New York: Knopf Publishing, 2006).
3. A Doutrina Powell é a que melhor capta o uso de força militar esmagadora. Para ler mais sobre as origens da Doutrina Powell, consulte RECORD, Jeffrey. *Making War, Thinking History: Munich, Vietnam, and Presidential Uses of Force from Korea to Kosovo* (Annapolis, MD: Naval Institute Press, 2002); e CAMPBELL, Kenneth J. "Once Burned, Twice Cautious: Explaining the Weinberger—Powell Doctrine," *Armed Forces and Society* 24 (1998): pp. 357-74.
4. THOMAS, Timothy L. "The Battle for Grozny: Deadly Classroom for Urban Combat." *Parameters* 29 (1999): pp. 87-102.
5. HARKAVY, Robert. "Defeat, National Humiliation, and the Revenge Motif in International Politics," *International Politics* 37 (setembro de 2000): pp. 345-68.
6. *Ibid.*, p. 361.
7. MOGHADAM, Assaf. "Palestinian Suicide Terrorism in the Second Inti-

- fada: Motivations and Organizational Aspects." *Studies in Conflict and Terrorism* 26 (2003): pp. 65-92.
8. As estatísticas sobre baixas provêm de dois conjuntos de dados do projeto *Correlates of War*: O conjunto de dados "Interstate War Participant" e o conjunto de dados "Militarized interstate Dispute". Ambos estão disponíveis em <http://correlatesofwar.org/>.
9. BACEVICH, Andrew J. e COHEN, Eliot A. Eds., *War Over Kosovo* (New York: Columbia University Press, 2001); LAMBETH, Benjamin S. *NATO's Air War for Kosovo* (Santa Mônica: Rand, 2001); e HOSMER, Stephen T. *Why Milosevic Decided to Settle When He Did* (Santa Monica: Rand, 2001).
10. PW Singer escreveu amplo material sobre esse tema. Entre seus trabalhos estão *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry* (Cornell University Press 2004), "Peacekeepers, Inc." (in *Policy Review* 119, June-July 2003), "Outsourcing War" (em *Foreign Affairs* 84, March-April 2005) e "War, Profits, and the Vacuum of Law: Privatized Military Firms and International Law" (em *Columbia Journal of Transnational Law* 2004).
11. Vale ressaltar que ainda não ocorreu esse tipo de encontro entre os EUA e uma empresa militar privada. Entretanto, com a utilização cada vez maior dessas empresas por tantos países, aumentam as chances de que as forças americanas empregarão contratados militares de uma EMP num futuro próximo.
12. THOMAS, Ward. "Victory by Duress: Civilian Infrastructure as a Target in Air Campaigns." *Security Studies* 15 (Jan-Mar 2006).